

Keila Mara Lara Rosado

Universidade Federal de Minas Gerais
keilamrosado@gmail.com

Célia da Consolação Dias

Universidade Federal de Minas Gerais
celiadias@gmail.com

CONTROLE DE AUTORIDADE DE NOMES DE PESSOAS

Uma proposta a partir da análise da Biblioteca Digital do Ministério Público Federal

RESUMO

Pesquisa de abordagem qualitativa, descritivo-exploratória e aplicada. Apresenta o resumo de uma pesquisa de mestrado em Gestão e Organização do Conhecimento, que aborda o controle de autoridade de nomes de pessoas, discutindo seu impacto na representação, organização e recuperação de informações. O escopo do estudo é o controle de autoridade de nomes de pessoas na Biblioteca Digital do Ministério Público Federal (BDMPF). O objetivo geral é propor um modelo de controle de autoridade de nomes de pessoas, a partir da análise da BDMPF, que forneça consistência à representação desses nomes e contribua para a organização e a recuperação de informações. Conclui que a padronização é premissa do controle de autoridade e exigência para a melhoria do nível de consistência das descrições de termos.

Palavras-Chave: Controle de autoridade, Nomes de pessoas, Registro de Autoridade, Biblioteca Digital do Ministério Público Federal.

ABSTRACT

Qualitative, descriptive and exploratory approach research. It presents the summary of a master's degree research in Knowledge Management and Organization, which addresses the authority control of personal names, discussing its impact on representation, organization and retrieval of information. The scope of the study is the authority control of personal names in the Federal Prosecution Service's Digital Library (BDMPF). The overall objective is to propose a model for controlling the personal names, based on the analysis of the BDMPF, which provides consistency in the representation of these names and contributes to the organization and retrieval of information. It concludes that standardization is premise of the control of authority and requirement to improve the level of consistency of terms descriptions.

Keywords: Authority control, Names of persons, Authority record, Digital Library of the Federal Prosecution Service.

Universidade Federal de Minas Gerais

Correspondência/Contato
Av. Antônio Carlos, 6627
Pampulha: 31270-901
BELO HORIZONTE - MG

Escola de Ciência da Informação da UFMG

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo apresentar o resumo da pesquisa de mestrado em Gestão e Organização do Conhecimento que se encontra em fase final de desenvolvimento e aborda o controle de autoridade de nomes de pessoas, discutindo seu impacto na representação, organização e recuperação de informações.

O escopo da referida pesquisa é o controle de autoridade de nomes de pessoas na Biblioteca Digital do Ministério Público Federal (BDMPF). A categoria de nomes de pessoas foi selecionada como recorte do estudo por ser usual que esses nomes figurem com a função de representar autorias e, também, assuntos dos documentos da BDMPF. Portanto, o controle de autoridade dessa categoria de termos pode contribuir tanto para a catalogação descritiva dos autores quanto para a catalogação de assuntos.

Constatou-se que na BDMPF os metadados, em geral, estão representados de forma inconsistente e não controlada, gerando significativos problemas para a organização e a recuperação de documentos, fato que justificou a seleção desta temática e ambiente de estudo.

O objetivo geral da pesquisa de mestrado é propor um modelo de controle de autoridade de nomes de pessoas, a partir da análise da BDMPF, que forneça consistência à representação de nomes de pessoas e contribua para a organização e a recuperação de informações.

Nesse contexto, definiu-se como problema de pesquisa a seguinte questão: *De que forma o controle de autoridade de nomes de pessoas pode melhorar o nível de consistência da representação de nomes de pessoas e fornecer subsídios para a organização e a recuperação de informações?*

Com a finalidade de alcançar o objetivo geral do projeto e responder à questão de pesquisa, estabeleceram-se os objetivos específicos, a saber:

- a) identificar conceitos, metodologias e normas para a descrição de nomes de pessoas e para a construção de vocabulários controlados que podem contribuir para o processo de controle de autoridade de nomes de pessoas;
- b) diagnosticar o cenário atual de catalogação descritiva, catalogação de assuntos, recuperação de informações e controle de autoridade de nomes de pessoas na BDMPF;

- c) avaliar se a estrutura e a funcionalidade de bases de dados e catálogos de autoridades já em uso por outras instituições podem ser utilizadas como referência prática, normativa e estrutural na elaboração da proposta de ações de melhoria para a BDMPF;
- d) propor ações de melhoria para o controle de autoridade de nomes de pessoas na BDMPF;
- e) discutir como o controle de autoridade de nomes de pessoas pode conferir mais agilidade, precisão e consistência na representação, na organização e na recuperação de informações.

O estudo se mostrou relevante porque as discussões acadêmicas e científicas na Ciência da Informação (CI) sobre essa temática específica, controle de autoridade de nomes de pessoas, são, em sua maioria, restritas à abordagem teórica. Assim, considera-se que o estudo contribui para o campo científico em que se insere por trazer uma abordagem mista, que visa à conexão entre a teoria e a prática.

No Ministério Público Federal (MPF), o investimento na área de organização intelectual da informação é escasso, se comparado aos investimentos dispensados às tecnologias de comunicação e informação (TICs). Então, avaliou-se imprescindível iniciar, em âmbito institucional, as discussões propostas no projeto de mestrado, de forma a evidenciar e reforçar a contribuição da temática para a melhoria da qualidade dos produtos e serviços ofertados pelo Órgão à sociedade e ao público interno.

Ressalta-se que a pesquisa visa a contribuir para a área de CI como um todo, fornecendo subsídios teóricos, metodológicos e empíricos a todas aquelas unidades e profissionais da informação que demandem por soluções semelhantes à estudada no âmbito do MPF. Portanto, o projeto não almeja alcançar e beneficiar apenas o MPF.

A BDMPF será utilizada como referência prática, mas a finalidade é desenvolver uma proposta de modelo de controle de autoridade de nomes de pessoas que possa atender a demandas ainda não exploradas pela Biblioteconomia e Ciência da Informação, sendo aplicável a outros casos concretos.

Além desta seção introdutória, este artigo inclui o resumo da metodologia adotada no projeto de mestrado, do referencial teórico da temática principal do estudo e o mapa da literatura. Inclui, ainda, um resumo das etapas de diagnósticos e de propostas de ações de melhoria para o controle de autoridade de nomes de pessoas na BDMPF, e seus resultados parciais.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa porque se utiliza de técnicas de pesquisa para observar, compreender, descrever e buscar respostas a um problema específico, de uma instituição real, sem priorizar os dados numéricos, estatísticos ou quantificáveis.

Considerando as definições sobre metodologia de pesquisa propostas por Gil (2010), este estudo pode ser classificado, quanto à finalidade, como pesquisa aplicada e descritivo-exploratória, que se utiliza dos métodos de pesquisa bibliográfica e documental.

Para a coleta de dados, utilizaram-se as técnicas de pesquisa denominadas observação espontânea e observação sistemática. Adotaram-se os roteiros de observação como instrumentos de coleta de dados e os resultados foram compilados em formatos de quadros, diagramas e textos.

A técnica de observação espontânea é aquela em que o pesquisador permanece alheio à situação que pretende estudar, observando os fatos, explorando o ambiente e se aproximando do fenômeno pesquisado. (GIL, 2010). É uma técnica de observação não estruturada, assistemática, informal, ordinária, simples, livre, ocasional e acidental. (MARCONI, LAKATOS, 2003). Adotou-se essa técnica no início dos diagnósticos da BDMPF e dos catálogos de autoridades, quando se objetivava explorar os ambientes de pesquisa, entendendo as suas estruturas, recursos, limitações e funcionalidades.

Quanto à observação sistemática, Marconi e Lakatos (2003) a define como aquela que adota instrumentos para coletar dados ou fenômenos observados, realiza-se em condições controladas para responder a propósitos preestabelecidos e que deve ser planejada de forma sistematizada. Gil (2010) a define como planejada, orientada para a coleta, análise e interpretação de dados. Essa técnica foi adotada para coletar, analisar e interpretar os dados dos diagnósticos, conforme planejamento prévio e visando ao alcance dos objetivos propostos.

Este estudo também se caracteriza como pesquisa empírica devido à fase de proposição de ações de melhoria para o controle de autoridade de nomes de pessoas na BDMPF, a qual se baseia em experimentos práticos.

Os procedimentos metodológicos do estudo foram executados em cinco etapas, planejadas para atender ao objetivo geral e os específicos estabelecidos e, assim, responder à questão de pesquisa proposta.

Desse modo, iniciou-se esta fase procedimental da pesquisa por meio da identificação de conceitos, metodologias e normas para a descrição de nomes de pessoas e para a construção de vocabulários controlados. Esta etapa resultou no capítulo de referencial teórico e atendeu ao objetivo específico 1 proposto.

O segundo procedimento executado foi o de diagnóstico da BDMPF, que teve como objetivo descrever a estrutura e o cenário atual de representação e recuperação de informações, analisando a efetividade do controle de autoridade de nomes de pessoas nessa base de dados. Essa etapa ainda contou com o procedimento de caracterização dos nomes de pessoas que compõem o acervo da BDMPF, com vistas a identificar as regras do Código de Catalogação Anglo-Americano, segunda edição, ou *Anglo-American Cataloguing Rules, second edition* (AACR2) aplicáveis ou não à descrição desses nomes. Os resultados desta investigação atenderam ao objetivo específico 2 e apoiaram o alcance do objetivo específico 4.

Na terceira etapa, procedeu-se com a avaliação estrutural e funcional de bases de dados e catálogos de autoridades já em uso por outras instituições. O objetivo deste procedimento foi analisar se os produtos disponíveis no mercado poderiam ser utilizados como referência prática – normativa e estrutural – de aplicação pelo MPF. Os resultados desta etapa atenderam ao objetivo específico 3.

A quarta etapa procedimental teve como finalidade atender ao objetivo específico 4 e se consolidou com a proposta de ações de melhorias do controle de autoridade de nomes de pessoas para a BDMPF.

A quinta e última etapa procedimental discutiu como o controle de autoridade de nomes de pessoas pode conferir mais agilidade, precisão e consistência à representação, à organização e à recuperação de informações. Essa etapa foi apresentada ao longo de todo o estudo, por meio dos exemplos, análises e propostas. Ela forneceu subsídios para que a questão de pesquisa pudesse ser respondida pela proponente ao final.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

Esta seção apresenta um resumo do referencial teórico que fundamenta a pesquisa de mestrado. Inclui, ainda, o mapa geral da literatura utilizada para o desenvolvimento do estudo, o qual apresenta os principais autores, normas e temas abordados.

O tema central da pesquisa é o controle e registro de autoridades. Desse modo, optou-se por trazer para este estudo uma compilação da literatura sobre esse assunto.

O controle de autoridade, também conhecido como controle de vocabulário, é a consistência dos pontos de acesso utilizados para representar as entidades em um catálogo. (BURGER, 1985; IFLA, 2009; ASSUMPCÃO; SANTOS, 2013; ASSUMPCÃO; SANTOS; ZAFALON, 2017).

Reitz (2010) o define como procedimento por meio dos qual se mantém a consistência da forma dos pontos de acesso, ou cabeçalhos, usados em bibliotecas, arquivos ou registros bibliográficos.

O processo de controle de autoridade influencia e aprimora a recuperação de documentos em uma base de dados porque permite o agrupamento de itens com características iguais ou semelhantes, promovendo para os usuários maior possibilidade de selecionar, em conjunto, registros pertinentes.

Trata-se de um processo que se baseia na criação e manutenção de pontos de acesso autorizados, padronizados, utilizados para recuperar materiais bibliográficos em um catálogo, ou, no contexto dos repositórios institucionais e bibliotecas digitais, recuperar e acessar os itens nas bases de dados eletrônicas. É a ação de concentrar, em um único registro, todas as formas encontradas para referenciar uma determinada entidade, com remissivas para a variação do termo autorizado, se for o caso. (HERRERO PASCUAL, 1999; CARVALHO SEGUNDO *et al.*, 2013).

Uma autoridade é um nome, um título uniforme ou um assunto estabelecido como ponto de acesso autorizado. (HERRERO PASCUAL, 1999). A entidade pode ser uma pessoa, uma organização, um evento, um assunto, um título, entre outros.

O ponto de acesso, por sua vez, pode ser um nome, termo, código, entre outros, pelo qual um registro bibliográfico, arquivístico ou de autoridade é pesquisado, identificado e localizado. É o caso das entradas de autor ou de outras responsabilidades, de título, série, evento ou de assunto de um item. (RIBEIRO, 1995; CIA, 2004; IFLA, 2016). A Figura 1 apresenta essas definições e seus exemplos.

Entidade	Autoridade	Pontos de acesso
<ul style="list-style-type: none"> • Pessoa • Família • Organização • Evento • Assunto • Título, etc. 	<ul style="list-style-type: none"> • Nome • Título • Assunto, etc. <p>• Estabelecidos como ponto de acesso autorizado.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Nome • Termo • Código, etc. • Entradas de autores ou outras responsabilidades, títulos, série, evento, assunto, etc. • Por meio dos quais se pesquisa, identifica e localiza os registros. • Podem ser controlados ou não controlados.

Figura 1 - Entidade, autoridade e ponto de acesso
 Fonte: Ribeiro, 1995; Herrero Pascual, 1999; CIA, 2014; IFLA, 2016.

Clack (1990, p. 1, tradução nossa) entende o controle de autoridade como um processo técnico que fornece estrutura aos catálogos de bibliotecas. “A base de fundamentação desse processo é a singularidade, a padronização e os relacionamentos, ou vínculos”.

O processo de controle de autoridade engloba a normalização dos nomes de pessoas, entidades, títulos ou assuntos uniformes, que podem ser o ponto de acesso principal ou secundário em um catálogo automatizado. Além disso, facilita a identificação e a recuperação de documentos, evitando confusões entre nomes homônimos, sinônimos ou variantes. (HERRERO PASCUAL, 1999).

O controle de autoridade impõe o uso de sistemas limitados e padronizados para representar a informação, exigindo uniformidade e rejeitando a divergência e a diversidade. (MARAIS, 2004).

O controle de autoridade é efetivo quando:

- a) um ponto de acesso autorizado representa uma única entidade;
- b) uma entidade é representada por um único ponto de acesso autorizado;
- c) os pontos de acesso não autorizados são definidos e auxiliam o usuário quanto ao uso do catálogo, possibilitando a associação entre os pontos de acesso autorizados e os não-autorizados. (HERRERO PASCUAL, 1999; ASSUMPÇÃO; SANTOS, 2013; ASSUMPÇÃO; SANTOS; ZAFALON, 2017).

Os dados da autoridade representam os pontos de acesso controlados ou outras informações que as instituições usam para reunir trabalhos de uma pessoa, família, corporação ou obra, ou as várias edições de um título. Os pontos de acesso controlados

incluem as formas autorizadas e as formas variantes de um nome, reunidas por catalogadores para identificar uma entidade. (IFLA, 2009).

Os registros de autoridade estão entre os componentes que possibilitam alcançar o controle de autoridade. (CLACK, 1990; HERRERO PASCUAL, 1999; ASSUMPÇÃO; SANTOS, 2013).

O registro de autoridade (authority record) é definido pela Norma ISAAR(CPF):2004 como a “forma autorizada do nome combinada com outros elementos de informação que identificam e descrevem a entidade nomeada e pode remeter para outros registros de autoridade relacionados”. (CIA, 2004, p. 14).

Chan (2007) e IFLA (2009) estabelecem os elementos essenciais que os registros de autoridade devem conter:

- a) cabeçalho estabelecido, padronizado, para a pessoa, corporação, lugar, título, evento, entre outros;
- b) referências cruzadas de ou para outros nomes ou títulos relacionados (remissivas);
- c) fontes usadas no estabelecimento dos cabeçalhos, ou pontos de acesso.

Herrero Pascual (1999) adverte para a ausência de instruções sobre a construção de registros de autoridade nas regras de catalogação. Para essa autora, a proximidade entre as regras de descrição bibliográfica e as regras de criação de registros de autoridade possibilita esclarecer os relacionamentos entre elas, mantendo a coerência.

No ano de 1984 o Grupo de Trabalho sobre o Sistema de Autoridade Internacional, da IFLA, publicou a primeira edição das diretrizes para definir o escopo dos registros de autoridades, com vistas a um formato de intercâmbio de dados. Este documento recebeu o nome de *Guidelines for Authority and Reference Entries* (GARE). No ano de 2001, por influência do surgimento dos modelos conceituais da IFLA, este documento foi atualizado e sua segunda edição denominada *Guidelines for Authority Records and References* (GARR).

As diretrizes GARR estabelecem sete áreas de dados que os registros de autoridades devem conter: 1. Área do cabeçalho autorizado; 2. Área de nota de informação; 3. Área de remissa ver; 4. Área de remissiva ver também; 5. Área de nota do catalogador; 6. Área de fonte; 7. Área de número internacional normalizado para dados de autoridade (ISADN).

A criação do registro de autoridade é uma tarefa morosa e dispendiosa, sendo que nem toda unidade de informação consegue recursos para desenvolver um projeto

rigoroso de investigação e, sobretudo, nem sempre o controle de autoridade é considerado uma prioridade pela instituição. (CAMPOS, 2003).

Apresentadas as definições gerais sobre controle e registro de autoridades, apresenta-se, no Quadro 1, o mapa geral da literatura, com as principais referências utilizadas para a construção do referencial teórico.

Quadro 1 – Mapa da literatura utilizada como referencial teórico do estudo

Fundamentação teórica	Aplicação
Burger (1985); Clack (1990); Herrero Pascual (1999); Hodge (2000); Svenonius (2000); Campos (2003); CIA (2004); Gorman (2004); Marais (2004); Chan (2007); Mey; Silveira (2009); IFLA (2009; 2016); Reitz (2010); Assumpção; Santos (2013); Carvalho Segundo <i>et al.</i> (2013); Assumpção; Santos; Zafalon (2017).	Controle e registros de autoridades: definições e aplicações; controle de autoridade de nomes de pessoas.
Princípios Internacionais de Catalogação da IFLA; AACR2; Modelos conceituais da IFLA; Aitchison e Gilchrist (1979); Ribeiro (1995); Gorman (2004); Lancaster (2004); Norma Internacional ISAAR(CPF):2004; Norma Brasileira NOBRADE:2006; Mey; Silveira (2009); Ribeiro (2009); GARR, Oliver (2011); Carvalho Segundo <i>et al.</i> (2013); IFLA (2016).	Descrição de autorias (nomes de pessoas) de documentos: catalogação descritiva e catalogação de assuntos.
Princípios Internacionais de Catalogação da IFLA; Capítulo 22 do AACR2; Svenonius (2000); Chan (2007); Ribeiro (2009); Maxwell (2004); Modelos conceituais da IFLA.	Padronização da escolha e da forma de entrada dos nomes de pessoas.
Svenonius (2000); Chan (2007); Ribeiro (2009).	Determinação das etapas de normalização, desambiguação e mapeamento semântico dos nomes de pessoas.
Gomes <i>et al.</i> (1990); Lancaster (1987).	Aproveitamento de listas ou instrumentos de controle de vocabulário locais já existentes para adaptação, criação ou atualização de uma nova ferramenta de controle de vocabulário.
Aitchison e Gilchrist (1979); Herrero Pascual (1999); Chan (2007); Assumpção e Santos (2013).	Criação do modelo de “Ficha de Registro de Autoridade”.
Aitchison e Gilchrist (1979); Gomes <i>et al.</i> (1990); Currás (1995).	Estabelecimento de normalização prescritiva com vistas à consistência do controle de autoridade de nomes de pessoas.
Svenonius (2000); Bräscher e Café (2008); Carvalho Segundo <i>et al.</i> (2013).	Organização, representação e recuperação da informação e do conhecimento.
Dahlberg (1978); Aitchison e Gilchrist (1979); Gomes (1984); Lancaster (1987); Gomes <i>et al.</i> (1990); Currás (1995); Campos (2001); Cintra <i>et al.</i> (2002); Norma ANSI/NISO Z39.19:2005; Moreira e Moura (2006); Campos e Gomes (2008).	Linguagens documentárias: definição, fundamentos, estruturação da categoria de nomes de pessoas, relacionamentos entre os nomes, forma autorizada e formas variantes, princípios para seleção e coleta de termos.

Catálogos AUTR, BN e VIAF; BDMPF.	Diagnósticos da BDMPF e de catálogos de autoridades em uso por outras instituições. Proposta de ações de melhoria para a BDMPF.
-----------------------------------	---

Fonte: elaborado pela autora (2019).

Apresentado o referencial teórico do estudo e o mapa da literatura, passa-se à apresentação de alguns resultados da pesquisa obtidos por meio dos diagnósticos e da proposta de ações de melhoria para a BDMPF.

4. DIAGNÓSTICOS E PROPOSTAS DE MELHORIAS PARA A BDMPF

Esta seção apresenta um resumo dos diagnósticos realizados no estudo: o da BDMPF e o dos catálogos de autoridades em uso por outras instituições. Esses diagnósticos visaram a fornecer subsídios técnicos e práticos à proposta de melhorias para a BDMPF.

O diagnóstico da BDMPF teve como propósito investigar:

- a) a caracterização geral, a estrutura e o cenário atual da BDMPF;
- b) o vocabulário controlado da BDMPF: suas características, estrutura, possibilidades de uso e problemas;
- c) as inconsistências relacionadas à catalogação descritiva, à catalogação de assuntos e à recuperação de nomes de pessoas;
- d) a caracterização geral dos nomes de pessoas que compõem o acervo da BDMPF;
- e) a prática institucional que pode levar os catalogadores a descrever nomes de pessoas de forma não padronizada;
- f) as normas do AACR2 aplicáveis e as não aplicáveis à descrição de nomes de pessoas da BDMPF.

Por meio deste diagnóstico foi possível demonstrar, em termos gerais, as inconsistências recorrentes na BDMPF e suas possíveis causas, ou origens. Um dos problemas mais evidentes e que gera significativos transtornos ao controle de autoridades dos nomes de pessoas na base de dados está relacionado à falta de padronização quanto ao uso ou não de acentos gráficos e demais sinais diacríticos, tais como: cedilha,

trema, hífen, apóstrofo, entre outros. Também não há padrão nas descrições de nomes de pessoas quanto ao uso de formas abreviadas ou supressões de partes desses nomes.

Observou-se, ainda, que a BDMPF possui características técnicas e estruturais que podem estar diretamente relacionadas às inconsistências encontradas tanto na representação quanto na recuperação de informações. Isso ocorre porque os campos para inclusão dos metadados são abertos. Assim, o catalogador consegue digitar manualmente qualquer texto como metadado, sem nenhum controle, sendo opcional, inclusive, a decisão de utilizar ou não o vocabulário controlado disponível em apoio à descrição dos assuntos dos documentos.

Apesar de existir esse vocabulário controlado, ele é de difícil uso, pois não há instruções rápidas e práticas para o catalogador dentro da própria BDMPF. Com isso, se ele tiver dúvidas específicas quanto ao uso do instrumento de controle de vocabulário, é necessário consultar o “Manual de submissão de atos administrativos: BDMPF: parte II: catalogação” e a “Política de indexação para atos administrativos: BDMPF”, documentos institucionais que informam as diretrizes gerais e orientam o uso do sistema BDMPF.

Porém, em nenhum desses dois documentos há a instrução de que a lista autorizada de nomes de pessoas do vocabulário controlado da BDMPF está padronizada sem acentos gráficos e demais sinais diacríticos – padrão que é diferente das demais categorias de termos desse mesmo vocabulário controlado.

O sistema da BDMPF está configurado, de um modo geral, de forma que não reconhece termos equivalentes ou semelhantes nas pesquisas. Por isso, se o usuário buscar, por exemplo, por um nome de pessoa que contenha acento gráfico, digitando-o com o acento na busca, e o termo autorizado for sem acento, o sistema não reconhecerá os termos como equivalentes e não o recuperará.

Outra questão observada na BDMPF e que dificulta a recuperação de documentos é que não há nenhum VC disponível para apoio aos usuários externos, não catalogadores, que acessem a base de dados na tentativa de localizar algum documento específico.

Quanto ao diagnóstico dos catálogos de autoridades em uso por outras instituições, este foi dividido em duas fases procedimentais. Na primeira fase, coletaram-se dados mais genéricos das bases de dados selecionadas para uma avaliação comparativa global.

Essa primeira fase teve como objetivo: a) avaliar quais destes produtos podem contribuir como referência prática, normativa e estrutural para a proposta de ações de melhoria da BDMPF; b) avaliar a estrutura geral, a facilidade de uso e se há disponibilização de algum instrumento de controle de vocabulário em apoio às buscas; c) verificar se eles dão acesso às fichas individuais de registro de autoridades de nomes das pessoas.

Selecionaram-se oito bases de dados para a pesquisa nessa primeira fase: 1) Catálogo de Autorias Padronizadas (AUTR) do Senado Federal; 2) Catálogo de Autoridade de Nomes da Biblioteca Nacional (BN); 3) Virtual International Authority File (VIAF), ou Arquivo de Autoridade Internacional Virtual; 4) Biblioteca Digital Jurídica (BDJur), do STJ; 5) Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados; 6) Biblioteca Digital do Tribunal de Contas da União; 7) Assinaturas eletrônicas dos membros do MPF em documentos institucionais; e, 8) Assinaturas eletrônicas de autoridades judiciais brasileiras, disponíveis nas decisões dos processos eletrônicos judiciais.

A seleção dessa amostra não ocorreu de forma aleatória e se justificou por: as duas primeiras bases de dados são de uso recorrente no MPF em apoio à descrição de materiais bibliográficos das bibliotecas. A terceira reúne a descrição de nomes de pessoas em âmbito internacional, sendo possível comparar, inclusive, as formas de entrada em vários idiomas e países. As bases de dados de 4 a 6 foram construídas também no software DSpace e são de instituições cujas estruturas e atividades são análogas ao MPF. As bases de dados 7 e 8, por sua vez, foram selecionadas com vistas a verificar se os membros e magistrados padronizam as suas próprias assinaturas nos documentos que produzem institucionalmente, já que essas assinaturas são fontes de informação primária para descrição dos nomes dos autores.

Os resultados dessa primeira fase procedimental indicaram que as três primeiras bases de dados são mais completas, padronizadas e estruturadas, fornecendo maiores condições de avaliação comparativa ao presente estudo. Diante desse resultado, elas foram selecionadas como amostra para a realização da segunda etapa.

Os dois primeiros catálogos de autoridades, AUTR e BN, são bem estruturados, possuem categoria específica para nomes de pessoas e permitem a consulta aos registros de autoridade na íntegra, para cada nome pesquisado. O terceiro catálogo, VIAF, foi escolhido com vistas a constatar se a base de dados apresenta inconsistências nos resultados quando a pesquisa é realizada considerando todos os idi-

omas e países, já que se trata de uma base internacional e que o catálogo da BN também a integra.

O objetivo específico desta segunda fase foi verificar a estrutura e a funcionalidade prática do controle de nomes de pessoas nos três catálogos, se eles recuperam nomes equivalentes, se reconhecem os termos de pesquisa independente se estão com acentos gráficos ou com demais sinais diacríticos, caracteres maiúsculos e minúsculos, entre outros. Estas pesquisas tiveram como meta observar, também, a forma de entrada dos nomes de pessoas autorizados: se há consistência no padrão de descrição e nos recursos de recuperação dos catálogos.

Esses diagnósticos forneceram informações importantes para a propositura de ações de melhoria ao controle de autoridade de nomes de pessoas na BDMPF. Essa proposta também utilizou como base normativa o capítulo 22 do AACR2, os modelos conceituais da IFLA e a literatura relacionada à criação de vocabulários controlados e catálogos de autoridades.

Em síntese, essa proposta de ações de melhoria recomenda como ações e/ou processos importantes ao controle de vocabulário na BDMPF:

- a) criar um instrumento de vocabulário controlado estruturado – com indicação de termos equivalentes - em apoio à catalogação descritiva e de assuntos na BDMPF;
- b) formular as normas prescritivas para a descrição de todas as categorias de termos da BDMPF, divulgá-las e, a partir daí, aplicá-las sem exceção;
- c) adotar as “Fichas de Registro de Autoridades” como instrumento de documentação dos termos autorizados, de todas as categorias.

O objetivo global a que estas propostas pretendem atender é que o catalogador consiga identificar e utilizar a forma autorizada de um nome de pessoa para descrevê-lo, mesmo que ele conheça apenas parte deste nome, ou alguma de suas formas variantes. Assim, entende-se que a representação passará a ser padronizada em toda a base de dados, reunindo, sob uma só forma do nome – a autorizada – todos os documentos que se referem ou que sejam assinados por uma pessoa.

Além disso, pretende-se que os demais usuários da base de dados, ao buscar documentos relativos ao nome de uma pessoa, encontrem-nos buscando tanto pela forma autorizada quanto pelas formas variantes que estejam cadastradas nos registros

de autoridade, sem necessidade de realizar insistentes e distintas estratégias de busca para descobrir qual é a forma autorizada do nome.

A proposta de ações de melhorias também indica ações de curto prazo, que não visam a solucionar de imediato o problema de controle de autoridade na BDMPF, mas que podem contribuir para a redução das inconsistências nas descrições de nomes de pessoas. Entende-se que essa recomendação é necessária, uma vez que a implantação do instrumento de controle de vocabulário estruturado demandará um tempo mais extenso para efetivação.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa discute, defende e exemplifica a tese de que o uso correto dos instrumentos de controle de vocabulário é fator essencial para o alcance da eficiência nos processos de representação e recuperação de informações. Assim, não é suficiente que as instituições invistam na construção desses instrumentos, oferecendo produtos bem estruturados e integrados a tecnologias avançadas. É necessário que a equipe de profissionais esteja apta a usá-los adequadamente, potencializando seus pontos positivos e funcionalidades.

Do mesmo modo, não é razoável oferecer aos catalogadores e demais usuários treinamentos e manuais bem elaborados se não houver infraestrutura mínima em suporte à execução das atividades. Portanto, para ser eficiente e eficaz, o controle de autoridade requer a disponibilização de uma tríade, que é interdependente: recursos intelectuais, tecnológicos e materiais. Além disso, ele depende da gestão planejada e eficiente desses recursos. Atendidos esses requisitos, o resultado é a padronização do processo de representação da informação.

Essa padronização é a premissa do controle de autoridade e exigência para a melhoria do nível de consistência das descrições em bases de dados. Uma vez alcançada a padronização, as informações se organizam – se reúnem ou se separam – por meio das lógicas de categorização, classificação e demais relacionamentos entre os termos e conceitos. E, estando organizadas de acordo com lógicas consistentes e normalizadas, são recuperadas de forma mais ágil e precisa, pois dispensam a execução de inúmeras tentativas e estratégias de busca para acessar os documentos que se referem ou que foram produzidos por uma pessoa, por exemplo.

Identificou-se que a propositura de um controle de autoridade eficiente para a BDMPF demandará, como consequência, a construção de um vocabulário estruturado para todas as categorias de termos dessa base de dados, além da formulação de uma nova “Política de indexação para atos administrativos: BDMPF” e da revisão e atualização do “Manual de submissão de atos administrativos: parte II: catalogação”. Portanto, são essas possibilidades de estudo a serem desenvolvidos futuramente pela instituição MPF ou, alternativamente, por especialistas interessados na temática, como forma de complementar e viabilizar a aplicação efetiva do presente estudo.

REFERÊNCIAS

- AITCHISON, J.; GILCHRIST, A. Manual para construção de tesouros. Rio de Janeiro: BNG: Brasilart, 1979.
- AMERICAN NATIONAL STANDARDS ORGANIZATION. ANSI/NISO Z39.19: 2005: Guidelines for the construction, format, and management of monolingual controlled vocabularies. Bethesda: NISO Press, 2005. 176p.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 12676: métodos para análise de documentos: determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação. Rio de Janeiro: ABNT, 1992.
- ASSUMPÇÃO, F. S.; SANTOS, P. L. V. A. C. A importância do controle de autoridade: uma abordagem baseada nos objetivos e nas funções dos catálogos. In: ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 1.; ENCONTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS EM CATALOGAÇÃO, 3. Rio de Janeiro, Brasil, out. 2012. Disponível em: <http://eprints.rclis.org/18843/1/assumpcao-santos-a-importancia-do-controle-de-autoridade.pdf>. Acesso em: 20 set. 2019.
- ASSUMPÇÃO, F. S.; SANTOS, P. L. V. A. C. A Utilização do Resource Description and Access (RDA) na criação de registros de autoridade para pessoas, famílias e entidades coletivas. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, Florianópolis, v. 18, n. 37, p. 203-226, maio/ago. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2013v18n37p203/25332>. Acesso em: 8 fev. 2019.
- ASSUMPÇÃO, F. S.; SANTOS, P. L. V. A. C.; ZAFALON, Z. R. O controle de autoridade no domínio bibliográfico: os catálogos digitais. *Biblios*, University of Pittsburgh, n. 68, p. 21-33, jul./set. 2017. DOI: 10.5195/biblios.2017.342. Disponível em: <http://www.scielo.org.pe/pdf/biblios/n68/a02n68.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2019.
- BRÄSCHER, M.; CAFÉ, L. Organização da informação ou organização do conhecimento? In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (ENANCIB), 9., 2008, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: Ancib, 2008. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/ixenancib/paper/viewFile/3016/2142>. Acesso em: 12 jun. 2019.
- BRASIL. Ministério Público Federal. Biblioteca Digital do Ministério Público Federal. Software Dspace. Brasília, DF: MPF, c2019a. Disponível em: <http://bibliotecadigital.mpf.mp.br/bdmpf/>. Acesso em: 10 abr. 2018.
- BRASIL. Senado Federal. Vocabulário Controlado Básico. Catálogo de Autorias Padronizadas (AUTR). Brasília, DF: Senado Federal, c2019d. Disponível em: http://biblioteca2.senado.gov.br:8991/F/6FIU6JICXF6IM4UKDIJBUTQH4V1YG5X9XDB6SP1J69KB35GIMG-27951?func=find-b-0&local_base=sen10. Acesso em: 10 jun. 2018.

- BURGER, R. H. Authority work: the creation, use, maintenance, and evaluation of authority records and files. Littleton, Colo: Libraries Unlimited, 1985.
- CAMPOS, F. M. Controlo de autoridade: novos contextos e soluções. Portugal: Ministério da Cultura, Biblioteca Nacional, 2003, 21 p. Disponível em: <http://purl.pt/331/1/docs/comunicacao/12manha/controlodeautoridade.doc>. Acesso em: 7 fev. 2019.
- CAMPOS, M. L. A. Linguagem documentária: teorias que fundamentam sua elaboração. Niterói, RJ: EDUFF, 2001.
- CARVALHO SEGUNDO, W. L. R. et al. A implementação de controle de autoridade em sistemas baseados em Dspace. In: CIFORM: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA EM INFORMAÇÃO, 11., 2013, Salvador. Anais [...]. Salvador: UFBA, 2013. Disponível em: <http://www.ciform2013.ufba.br/modulos/submissao/Upload-164/48903.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2019.
- CHAN, L. M. Cataloguing and classification: an introduction. 3rd ed. Lanham: The Scarecrow Press, 2007.
- CIA - Conselho Internacional de Arquivos. ISAAR(CPF): norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias. Tradução de Vitor Manoel Marques da Fonseca. 2. ed.: adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Canberra, Austrália, 27-30 de outubro de 2003. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. 99 p. (Publicações técnicas, n. 50). Disponível em: http://conarq.arquivonacional.gov.br/images/publicacoes_textos/isaar_cpf.pdf. Acesso em: 2 mar. 2019.
- CLACK, D. H. Authority control: principles, applications, and instructions. Chicago: American Library Association, 1990.
- CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. O. Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.
- CURRÁS, E. Tesouros, linguagens terminológicas. Brasília, DF: IBICT, 1995.
- DAHLBERG, I. Teoria do conceito. Tradução Astério Tavares Campos. Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 101-107, 1978.
- FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BIBLIOTECÁRIOS - FEBAB. Código de Catalogação Anglo-Americano. 2. ed. rev. 2002. Preparado sob a direção do Joint Steering Committee for Revision of AACR. São Paulo: FEBAB: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004.
- FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). Catálogo de Autoridade de Nomes. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, c2019. Software Sophia. Disponível em: http://acervo.bn.br/sophia_web/. Acesso em: 3 mar. 2019.
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GOMES, H. E. Diretrizes para elaboração de tesouros monolíngues. Brasília, DF: IBICT, 1984.
- GOMES, H. E. et al. Manual de elaboração de tesouros monolíngues. Brasília, DF: MEC: CNPq: PNB, 1990.
- GORMAN, M. Authority Control in the Context of Bibliographic Control in the Electronic Environment. Cataloging & Classification Quarterly, v. 38, n.3-4, p. 11-22, 2004. DOI: 10.1300/J104v38n03_03. Disponível em: https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1300/J104v38n03_03. Acesso em: 30 ago. 2019.
- HERRERO PASCUAL, C. El control de autoridades. Anales de Documentación, n. 2, p. 121-136, 1999. Disponível em: <https://revistas.um.es/analesdoc/article/view/2621/2601>. Acesso em: 12 set. 2019.
- HODGE, G. Systems of Knowledge Organization for Digital Libraries: beyond traditional authority files. Washington, DC: The Digital Library Federation Council on Library and

- Information Resources, 2000. Disponível em: <https://clir.wordpress.clir.org/wp-content/uploads/sites/6/pub91.pdf>. Acesso em: 8 abr. 2019.
- IFLA - International Federation of Library Associations and Institutions. Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação (PIC). Tradução de Marcelo Votto Texeira. IFLA, Holanda, 2016. Disponível em: https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/icp/icp_2016-pt.pdf. Acesso em: 16 mar. 2019.
- IFLA - International Federation of Library Associations and Institutions. Functional requirements for authority data (FRAD): a conceptual model. Glenn E. PATTON (ed.). IFLA Working Group on Functional Requirements and Numbering of Authority Records (FRANAR): München: K. G. Saur, 2009. (IFLA Series on Bibliographic Control, 34). Disponível em: <https://www.ifla.org/publications/ifla-series-on-bibliographic-control-34>. Acesso em: 2 ago. 2019.
- IFLA - International Federation of Library Associations and Institutions. Functional requirements for subject authority data (FRSAD): a conceptual model. Marcia Lei Zeng et al. (ed.). IFLA Working Group on the Functional Requirements for Subject Authority Records (FRSAR): München: De Gruyter Saur, 2011. (IFLA Series on Bibliographic Control, v. 43). Disponível em: <https://www.ifla.org/node/5849>. Acesso em: 2 set. 2019.
- IFLA - International Federation of Library Associations and Institutions. Guidelines for authority records and references. IFLA Working Group on GARE Revision: München: K. G. Saur, 2001. (UBCIM publications ; new series, vol. 23). Disponível em: <https://www.ifla.org/publications/ifla-series-on-bibliographic-control-23>. Acesso em: 2 out. 2019.
- LANCASTER, F.W. Construção e uso de tesouros: curso condensado. Brasília, DF: IBICT, 1987.
- LANCASTER, F. W. Indexação e resumos: teoria e prática. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2004.
- MARAIS, H. Authority control in an academic library consortium using a union catalogue maintained by a central office for authority control. 2004. 310 f. Tese (Doctor of literature and philosophy in the subject Information Science) – University of South Africa, Pretoria, 2004. Disponível em: <http://uir.unisa.ac.za/handle/10500/2546>. Acesso em: 2 abr. 2019.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Fundamentos de metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- MAXWELL, R. L. Maxwell's handbook for AACR2: explaining and illustrating the Anglo-American Cataloguing Rules through the 2003 update. 4th ed. Chicago: American Library Association, 2004.
- MEY, E. S. A.; SILVEIRA, N. C. Catalogação no plural. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009.
- MOREIRA, M. P.; MOURA, M. A. Construindo tesouros a partir de tesouros existentes: a experiência do TCI - Tesouro em Ciência da Informação. DataGramZero, Rio de Janeiro, v. 7, n. 4, ago. 2006. Disponível em: <http://mamoura.eci.ufmg.br/wp-content/uploads/2014/10/Construindo-tesouros-a-partir-de-tesouros-existentis.html>. Acesso em: 8 jun. 2018.
- OLIVER, Chris. Introdução à RDA: um guia básico. Brasília: Briquet de Lemos, 2011.
- REITZ, J. M. Dictionary for library and information science. London: Libraries Unlimited, 2010.
- RIBEIRO, A. M. C. M. AACR2 Anglo-American Cataloguing Rules: 2nd edition: descrição e pontos de acesso. Brasília, DF: CEDIT, 1995.
- RIBEIRO, A. M. C. M. Catalogação de recursos bibliográficos: AACR2 em MARC21. 4. ed. Brasília, DF: Edição do Autor, 2009.
- SVENONIUS, E. The Intellectual foundation of information organization. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2000.

VIAF: Virtual International Authority File. Dublin: OCLC, c2019. Disponível em: <https://viaf.org/>. Acesso em: 2 jun. 2019.

VICKERY, B. C. La classification a facettes: guide pour La construcion ET l'utilisation de schèmes spéciaux. Paris: Gauthier-Villars, 1963

Keila Mara Lara Rosado

Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: keilamrosado@gmail.com

Célia da Consolação Dias

Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Gestão e Organização do Conhecimento da Universidade Federal de Minas Gerais. E-mail: celiadias@gmail.com